

cartas de amor e de dor
recordações íntimas e poderosas do ultramar
marta martins silva

Aos meus filhos e aos meus pais, sempre
Aos Martins, o meu clã.

«Eu sei mãe
que tens olhos abertos até aqui
nem dormes
e os braços estendidos até ao meu regresso
nem descansas.

Eu sei mãe
que na tua cabeça aqui
as noites são mais escuras
há manhãs em que eu morro e tu enlouqueces
dias em que a guerra nunca acaba
e o chão está coberto de cadáveres.

Eu sei mãe
que andas comigo numa guerra ainda mais difícil
só queres que seja o que me salve
herói covarde assassino
só queres essa coisa enorme
de tornar a ser teu filho.

Aparte
Porque os aerogramas são amarelos
perguntas ao carteiro se traz sol para ti.»

Eu sei mãe
Alberto Martins Rodrigues

ÍNDICE

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	19
Os mais jovens	20
PRIMEIRO CAPÍTULO	
AS CARTAS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	23
A Primeira Guerra em África	26
Serviço Postal	34
As primeiras madrinhas	37
Quando a censura não deixava dar notícias	47
Amores com pronúncia	51
As queixas... e as notícias mais desejadas	54
O Armistício e o Comité de Socorros aos Militares	56
SEGUNDO CAPÍTULO	
O ANO DE 1961 EM PORTUGAL	61
A conjuntura portuguesa	63
A guerra a chegar	65
As notícias em Portugal	77
As saudades não tardaram	79
«Já é permitido comer nas praias»	84
A reconquista do Norte de Angola e as manifestações em Lisboa	86
TERCEIRO CAPÍTULO	
SERVIÇO POSTAL MILITAR	91
As origens do Serviço Postal Militar	95
A organização	97
Movimento Nacional Feminino	100
Cilha, o rosto do Movimento e confidente de Salazar	105
Os aerogramas e as madrinhas de guerra	108
QUARTO CAPÍTULO	
CARTAS DE AMOR	115
Primeira Parte — As Mães e os Pais	115
Os pais também choram	121

A mãe que estava grávida	125
O pai viu o filho partir pela televisão	126
A guerra depois de cumprido o serviço militar	129
A moeda que foi ao Ultramar	
e voltou... e o ralhete do capitão	134
Querido filho, vais para a guerra leva o meu terço	137
As cartas que não diziam o mesmo ao pai e à mãe	141
Ao pai combatente da Primeira Guerra	
a quem não disse que ia para o Ultramar	146
Batatas com bacalhau? Pode ser...	148
Segunda Parte — As Namoradas	149
Manuel Torres e Maria Virgínia	149
Aníbal e Clara Roque Martins	151
Américo Ricardo Reis e Maria Martinho	157
Virgílio e Gracinda Silva	160
João Hilário Lima e Maria das Dores	163
Aniceto Pires e Maria Alice Pires	167
Domingos Magalhães Pires e Maria Alice Martins	172
José Claudino da Silva e Maria Amélia Moreira Mendes	176
Terceira Parte — As Mulheres	185
António Leal e Maria Albertina	185
António Carvalho Silva e Amélia Silva	188
Carlos Luís Tanqueiro e Ana Maria Tanqueiro	189
José Barradas Carrilho e Elmira do Rosário	192
João e Delmira Barbosa	194
António Graça de Abreu e Conceição Afonso	196
Quarta Parte — As Madrinhas	211
Victor Carreira e Graziela Santos	211
João Francisco Rato e Maria de Lurdes	222
José Campos Portinha e Elisabete Portinha	224
António Loreto e Maria Adelaide Andrade Loreto	227
Júlio e Manuela Semião	241
QUINTO CAPÍTULO	
CARTAS DE DOR	245
A dor de ver morrer os irmãos	
de armas (família na vida e na morte)	249

Como dizer a uma mãe que o filho morreu? (Algum dia acreditará?)	256
Os mortos sozinhos na capela (quem rezava por eles?)	262
Quando o melhor amigo morre (morre uma parte do coração)	265
De padre e psicólogo, este alferes tinha de tudo um pouco... (e também viveu as suas dores)	268
O telegrama com a notícia que ninguém queria ler (e o preço a pagar para ter o filho de volta)	271
A lei que repôs alguma justiça na morte (se é que isso era possível)	275
Fátima perdeu o amor da sua vida (e ainda hoje chora o marido)	277
O luto de homens vivos (por eles e por quem os esperava)	281
Um amor à prova de guerra e de dor (e uma vida lado a lado)	288
Visitar o irmão no cemitério na Guiné (e também ele quase morrer na mesma guerra)	290
Helena ainda hoje chora o irmão que lá ficou (e vai chorar sempre, passem os anos que passarem)	292
Perder familiares enquanto estavam longe de casa (a dor de não fazer o luto)	295
A madrastra que o tratava como um filho... (e que morreu sem que ele conseguisse despedir-se)	297
David não chegou a tempo de ver a mãe com vida (e ela bem que o pediu)	301
Conceição trouxe o irmão da Guiné (só queria um sinal de que era ele)	305
Ernestina foi buscar o pai a Angola (cinquenta e quatro anos depois de António ter morrido)	308

BIBLIOGRAFIA 313

AGRADECIMENTOS 317

PREFÁCIO

Cartas de Amor, Pedacos de Dor¹

Este novo livro de Marta Martins Silva é um livro sobre a guerra. Em geral, quando os estudiosos da polemologia, a ciência das guerras e dos conflitos que atravessam toda a história da humanidade, sociólogos e militares, historiadores e politólogos falam ou escrevem sobre a guerra, é sobre as teorias, os conceitos, a sua contextualização política, sociológica e militar que se pronunciam (e eu, pecador, me confesso). Os protagonistas são os grandes estrategas, os generais, os «heróis» que deram nome a batalhas, sem se pôr em evidência o fundamental, isto é, que a guerra é feita por pessoas comuns, que a guerra é, acima de tudo, um problema humano, um drama humano. E um drama humano que não envolve apenas os combatentes, mas também os que os viam partir sem saberem para onde nem para quê, pais, filhos, companheiras e demais familiares, amigos e amigos, que na retaguarda sofrem a mágoa da separação, a angústia pela eventual fatalidade e a ânsia do regresso.

Se há uma marca a destacar — e há várias — nesta obra de Marta Martins Silva, eu começaria exatamente por esta: é um livro focado no drama humano da guerra. É a guerra na primeira pessoa. Naquelas cartas, algumas ingénuas, na maioria muito simples, a guerra está aí toda, explícita ou subentendida, nas suas perversões, nas suas mentiras, na sua violência, não apenas física mas acima de tudo moral, contra os afetos, contra as consciências, contra os sentimentos. Nos fantasmas imaginados e nos traumas que vão perdurar. E também na solidariedade, na coragem, nos medos controlados.

¹ Extrato de uma canção romântica muito popular na época.

É um livro que, como a A. refere na Introdução, vem na linha e em continuidade com o seu anterior *Madrinhas de Guerra — A Correspondência dos Soldados Portugueses durante a Guerra do Ultramar*. Assume-o como uma missão e justifica-o porque «houve uma geração que se transformou por causa de uma guerra que não escolheu, que viveu toda a vida com esta guerra dentro, sem que a maioria a conseguisse deitar cá para fora». É o seu contributo para que esta catarse possa ser feita. Mas também porque, através destas cartas, se vai «espreitar o Portugal que fomos».

O livro, ainda que centrado na correspondência de guerra, intercala-a com reflexões da A. contextualizando a época e o ambiente envolvente. E inclui também diários pessoais de ex-combatentes, memórias, desabafos em blogues e entrevistas, relatos retrospectivos mais elaborados e que confirmam o que as cartas por vezes apenas subentendiam: os soldados que regressavam não eram os mesmos homens que tinham partido. A guerra nunca mais os libertou ao longo da vida. «Não deixei a guerra para trás, trouxe-a comigo», diz o soldado Filipe Pinto.

Uma questão se pode colocar ao leitor: Porquê, dos milhares de cartas disponíveis, a A. escolheu estas? Que critério prevaleceu? Marta Martins Silva dá a resposta, convincente: selecionou cartas que despertem emoções. Porque o seu objetivo era um livro que falasse da guerra através do amor e da dor.

O livro inicia-se com três capítulos que me permitem classificar como introdutórios, caracterizadores do tal «Portugal que fomos». O primeiro, «As Cartas na Primeira Guerra Mundial» (I GM), mostra que há uma linha de continuidade na correspondência de guerra no seu sentido, no seu conteúdo, independentemente das épocas e da localização das frentes de combate. Os dramas e os imaginários são os mesmos, o afastamento, a saudade, a incerteza, o perigo, o medo, a viagem, a descoberta de novos mundos e novas gentes. As cartas de guerra são veículos de cultura. O segundo capítulo é sobre «O ano de 1961 em Portugal», que traça o cenário político em que se vai processar a correspondência e que se prolongará até 1974. O terceiro capítulo é sobre o SPM, o Serviço Postal Militar, e este merece-me um comentário mais alargado.

O SPM, que funcionou durante a guerra colonial, em todas as frentes onde havia tropas portuguesas destacadas, tinha antecedentes. Herdeiro do Serviço Postal de Campanha fundado pela República em 1912, na I GM já se chamava SPM e durante a II GM também assegurou a correspondência com os militares mobilizados para os arquipélagos de Açores, Madeira e Cabo Verde. Na guerra colonial teve a inovação dos aerogramas, um modelo expedito de correspondência fechada, gratuita, com o inconveniente de ser mais lenta do que a correspondência franquiada, o que levou os militares a chamarem-lhes

«bate-estradas». Numa época em que não havia o digital, o telemóvel, o computador, em que apenas uma minoria dos militares, os que tinham posses, vinham passar as suas licenças na Metrópole e menos ainda os que tinham familiares junto de si, a carta era o único elo de ligação do soldado, durante os dois anos de mato, ao mundo e à vida. Escrever era, como muito bem diz a A., «uma terapia de sobrevivência».

O SPM funcionou, e bem. Foi, como já escrevi algures, um dos aspetos em que os militares portugueses executaram bem uma guerra má.

Daqui Marta Martins Silva passa à parte substancial do seu livro, os capítulos sobre a correspondência de guerra, as Cartas de Amor (4.º Cap.) e de Dor (5.º Cap.). O 4.º Capítulo divide-o em Quatro Partes, «As Mães e os Pais», «As Namoradas», «As Mulheres», «As Madrinhas». São as cartas de afeto, na linha do «adeus até ao meu regresso» em que, na época do Natal, em longas filas indianas os militares «despachavam», através da câmara da RTP, breves e monocórdicas mensagens de saudade, como prova de vida.

Regresso que, tragicamente, não foi para todos, porque os que ali tombavam, mesmo em combate, só a partir de 1968 tiveram direito a ser trasladados. A grande maioria dos familiares, vivendo abaixo do limiar da pobreza, não podia suportar os 7500\$00, 10.000\$00 ou 12.000\$00, uma fortuna, que o Estado cobrava pelo transporte do caixão, conforme viesse da Guiné, de Angola ou de Moçambique. No Capítulo «A Dor», a A. acentua, com inteira pertinência, a crítica severa sobre esta componente perversa do comportamento do poder para com os que caíam na guerra. Terá sido, provavelmente, a carta lancinante ao ministro da Defesa, de Maria Florinda da Luz, mãe do soldado Francisco da Luz Carloto, morto em combate em Moçambique, em 1967, que fez corrigir a grave injustiça: «Já que não tive a sorte de trazerem o meu filho vivo, peço-lhe que mo mandem mesmo morto.»

Com o arrastar de uma guerra de que se não via o fim, o tom das cartas vai mudando, porque vai evoluindo a consciência da realidade. O patriotismo da «Angola é nossa» vai-se esbatendo. Os soldados lá, e os familiares cá, vão abrindo os olhos. As cartas da década de 70 são diferentes das de 1961. Foi com a guerra que José Claudino ficou a saber que os homens não são iguais. Que me tenha apercebido, a A. não inclui cartas de militares do Quadro Permanente mas, se as houvesse, teria concluído que não era só de geração para geração que as opiniões mudavam e evoluíam, eram os próprios indivíduos que se transformavam conforme iam acumulando comissões. O Movimento das Forças Armadas (MFA) que levaria ao 25 de Abril foi a resultante dessa evolução.

É nas cartas de alguns graduados, oficiais e sargentos milicianos, como

Lobo Antunes, Francisco Baptista, Beja Santos, Graça de Abreu, Bação Leal, que aquela tomada de consciência é mais expressiva. A correspondência de Bação Leal tornou-se icónica: «Estou farto deste carnaval de cadáveres [...] o que tenho eu a ver com isto? [...] a única porta é o suicídio.» Não se suicidou, mas viria a morrer em operações em Moçambique. Francisco Baptista, quando em março de 1970 embarcou para a Guiné, ia já «plenamente convencido da inutilidade dessa guerra»². António Graça Abreu faz uma premonição reveladora de uma consciência avançada: «Aí em Portugal é que o PAIGC vai ganhar a guerra.» O contributo da luta dos movimentos de libertação para o que viria a ser o 25 de Abril, que ainda não está suficientemente estudado, é incontroverso.

As cartas da frente de combate, em geral, não refletem a dureza da guerra, para não «assustarem» os familiares: «só falavam de rosas e não mencionavam os espinhos.» Mas há exceções. A descrição de Carlos Fanado dos últimos anos na Guiné é muito realista e há cartas que divulgam pormenores operacionais, se bem que, aqui e ali, algo fantasiados.

É o último Capítulo, o 5.º, «A Dor», o mais pungente, sobre os mortos, feridos, desaparecidos, sobre as traições que às vezes são meras suspeições, sobre a raiva e o ódio. Como muito bem assinala a A., a guerra colonial foi um percurso de perdas, de familiares, da inocência, da juventude, da vida. Mas também na frente se recebiam notícias de entes queridos que morriam e em que o luto ficava por fazer.

Marta Martins Silva promete continuar a investigar e a escrever sobre as cartas de guerra. Faz bem, porque havendo ainda muito para contar, ela mostra ter muito para nos surpreender.

Agosto de 2021

PEDRO DE PEZARAT CORREIA

² Francisco Baptista, alferes miliciano, foi integrar a CCaç. 2616 em Buba, que pertencia ao meu batalhão, o BCaç. 2892 com sede em Aldeia Formosa, no qual eu era oficial de operações, onde substituí um alferes morto em operações, o que me permite confirmar inteiramente as situações que ele relata.

INTRODUÇÃO

Quando terminei de escrever *Madrinhas de Guerra — A Correspondência dos Soldados Portugueses durante a Guerra do Ultramar*, imediatamente soube que não podia ficar por ali, que ainda havia muitas histórias da Guerra Colonial à espera de que eu as contasse em novos mergulhos a baús antigos. Logo ali, ainda antes de terminar as últimas páginas e de pôr um ponto final no meu primeiro livro, senti que o seguinte continuaria a ter histórias de madrinhas e afilhados, mas iria mais longe: abrangeria todo o espólio de afetos que as cartas permitiram durante o conflito que durante treze anos enviou para África os nossos jovens de então. Tive a imensa sorte de a minha editora sentir o mesmo que eu e me dar luz verde para este novo desafio, que mais uma vez me permitiu espreitar o Portugal que fomos não há tanto tempo assim. Nos últimos meses entrevistei dezenas de pessoas, li centenas de cartas e aerogramas que entre 1961 e 1975 circularam entre Portugal e o Ultramar, visitei arquivos e bibliotecas, e mais uma vez me surpreendi com as histórias e me comovi, tal como espero que se surpreenda e comova quem tem neste momento este livro entre mãos. Aqui vai encontrar os ex-combatentes, mas também as suas mães e pais, namoradas, esposas, madrinhas, irmãs e irmãos — todos aqueles que eles amavam e que os amavam. Todos aqueles em quem pensavam lá longe quando pediam a Deus ou à sorte que os devolvesse sãos e salvos ao colo daqueles que tinham deixado na terra.

Houve um ex-combatente que me disse, em lágrimas, que a sua guerra foi mais emocional do que física. «Porque quem parte para uma guerra destas não é a mesma pessoa que dela regressa, não pode ser», e isso tocou-me,

porque houve toda uma geração que se transformou por causa de uma guerra que não escolheu. Tocam-me sempre as lágrimas destes homens, porque choraram aquilo que na altura não puderam chorar. Toca-me sempre perceber que estes homens viveram durante toda a vida com esta guerra dentro, sem que a maioria a conseguisse deitar cá para fora durante décadas. Sempre que puder, e esta tornou-se uma missão, vou dar aos ex-combatentes da Guerra Colonial, e às suas famílias — que viveram a guerra ainda que indiretamente —, uma forma de se poderem expressar, de se darem a conhecer a uma sociedade que tantas vezes se esquece do passado. Sinto que o devo fazer.

Há muitas histórias que ficam de fora deste livro, mas que espero continuar a contar pela vida fora — é uma garantia.

«Havia um grupo de soldados analfabetos a quem eu lia as cartas. E houve um, que uma vez, chegado do mato, ainda com as granadas à cintura e a G3 na mão, quis ouvir as novas que trazia o correio. Queria sempre saber do correio, era o mais urgente, o mais importante. E eu, certo dia, começo a ler a carta a um soldado que tinha sido escrita pelo pai a dizer que lhe trazia más notícias, que a mulher lhe tinha gastado todo o dinheiro que tinha no banco e estava com outro homem. Dizer isto, ler isto a um homem que está naquela situação... Isto é uma guerra dentro da guerra... Aquele homem tinha uma arma na mão, a qualquer momento podia querer acabar com a vida, como muitos acabaram», contou-me José Claudino Silva numa conversa telefónica entre Lisboa, onde eu estava, e Amarante, onde ele vive.

Por isso, o correio de que este livro trata é o correio das saudades e do amor, mas também o das preocupações e da perda. Traz as boas, mas também as más notícias, a vida como ela era. Porque quando o saco do correio se abria, nunca se sabia o que se ia encontrar.

Os mais jovens

Assim que *Madrinhas de Guerra* foi publicado, comecei a receber muitas mensagens de ex-combatentes, mas também dos seus descendentes, a agradecer-me por ter escrito um livro que os aproximou de familiares, pais ou avós, a quem eles nunca tinham conseguido perceber certos silêncios.

A cantora Bárbara Tinoco nasceu em 1998, mais de vinte anos depois de a guerra terminar e a democracia vencer a ditadura. Mas cresceu a ouvir a história dos avós, namorados em tempo de guerra, unidos pela correspondência que trocaram durante esse período.

«Na minha casa sempre se falou sobre isso. O meu avô guarda um álbum de memórias da guerra. Desde pequena que o abre e me fala sobre as fotografias. Tem sempre uma nova para contar de cada vez que o abre. Quem o ouvir falar parece que a guerra foi boa. Porque ele quase não conta coisas más. À medida que fui crescendo, começou a contar pormenores mais sórdidos, com muita naturalidade. Foi a realidade dele, acho que aprendeu a aceitá-la», acredita Bárbara, que cedo percebeu através dos avós a importância do correio.

«Era a única forma de falar. Para os soldados era demasiado importante. Para os que cá ficavam era a única forma de saberem que as pessoas que amavam estavam bem. As cartas eram uma parte boa da guerra. Não há muitas partes boas. Por isso até é estranho escrever essa frase. Não dá para pintar bonito, nem ser romântico. Foi uma guerra. Mas ao menos o meu avô tinha uma namorada à espera, uma vida à espera dele.»

A dada altura da vida, como aconteceu com muitos dos casais que trocaram correspondência durante a guerra, a avó deitou fora as cartas. Mas Bárbara não quis que as recordações se perdessem e imortalizou o amor dos dois.

«Quando eu nasci, o meu avô escreveu-me um poema. Dezoito anos depois, eu ofereci-lhe a canção [*Cartas de Guerra*] como presente. Cresci a ouvir esta história. Acho-a muito bonita. Este ano [2021], os meus avós fazem cinquenta anos de casados. E ainda falam um do outro com amor. E agora vão viver para sempre numa canção.»

Cartas de Guerra, Bárbara Tinoco

*Vi aquela foto que mandaste
Estavas tão bonita tal como me deixaste
Daqui eu vou direto pro altar*

*Aqui a vida vai boa como diz no jornal
Apenas sinto falta de um dia normal
Quando a farda era só pra te conquistar*

*Tantos poetas de armas na mão
Gastam palavras deixam sobrar munição
Mas de vez em quando*

*Eu já só quero ir pra casa pra ti
Eu já só quero ir pra casa pra ti*

*Eu já só quero ir pra casa pra ti
Pra ti*

*Sabes que não sou homem que reze
Mas sinto comigo todas as tuas preces
Olha que se eu volto é pro altar*

*É uma terra bonita ias gostar
Talvez um dia voltes comigo a visitar
Se algum dia esta guerra nos deixar*

PRIMEIRO CAPÍTULO

As cartas na Primeira Guerra Mundial

Lisbôa, 20: X: 918,

Meu Antonio Querido,

Faço ardentíssimos votos a Deus para que esta te va encontrar de saúde, que é o que eu de todo o coração mais desejo, eu de saúde bem graças a Deus mas querido Antonio não calculas a epidemia que esta cá em Portugal; é um morrer de gente que não calculas esta epidemia faz-nos andar todos a sustados. eu escrevite um postal de Sto Amaro aonde te dizia que estava em Sto Amaro a tratar de minha irmã pois esteve doente, eu estive lá 10 dias; graças a Deus agora está bem. Mas estou raladissima por ti meu Antonio; lembro me constantemente que tu adoenças tambem com febres, mas escreve-me sempre quantas vezes te seja possível para saber da tua saúde pois as cartas chegam sempre com a demora de 18 e 20 dias, recebi hoje um bilhete carta escripto no dia 29 de Setembro e só hoje recebi 20 de Outubro e n'ella me dizias que já a tempo me tinhas mandado a direção e que ainda não tinhas recebido noticias minhas, pois eu no dia que recebi a direção escrevi logo recibia a 22 de Setembro n'esse mesmo dia escrevi logo, era até uma carta muito grande, e depois d'essa carta escrevi mais 2 postais, que espero tenhas recebido, vamos ver se quando tornares a escrever se já dizes que recebestes as minhas noticias. Meu grande Mau, fique certo que estou muito zangada consigo por me dizer se eu já te tinha esquecido, Ó Meu Antonio não me

digas outra vez pois não se passa um segundo só que seja que não esteja sempre contigo no pensamento. quando estavas cá em Portugal eu nunca te esquecia, quanto mais agora e tu também te tens lembrado muito da tua Maria pois tens escripto a miudadas vezes o que demora e muito tempo mas peço-te por tudo que me escrevas sempre que possas sim meu Antoniozinho querido. a tua Maria tem tantas saudades tuas mas meu querido tem fé em Deus, que eu também tenho de em breve voltares pois em breve a guerra ade terminar se Deus quizer. ahi já faz frio? Termino meu querido enviando milhares e milhares das mais ternas e saudozas saudades da tua muito tua Maria Perdigão.³

Quando Maria Perdigão escreveu esta carta para o seu «António Querido», Portugal já tinha sido ceifado pela gripe pneumónica, a epidemia que provocou 136 mil mortos num país com seis milhões de habitantes, naquela que foi uma das doenças com mortalidade mais elevada na Europa. A gripe chegara a Portugal em fins de maio, com os trabalhadores agrícolas contagiados a partir de focos de Badajoz e Olivença — daí ter ficado conhecida como «espanhola» —, sendo que os primeiros casos foram diagnosticados em Vila Viçosa, de onde se expandiu «para outras povoações alentejanas e depois para o resto do país, em muito ajudada pelas peregrinações e pelas ligações rápidas entre Madrid, Lisboa e Porto».⁴

Em 1918 a I Guerra Mundial chegaria ao fim. No ano anterior, Portugal — que cumpria o sétimo ano de vida da República — tinha 5,9 milhões de habitantes e mais de 70% destes eram analfabetos. A dívida pública aumentara e o custo de vida tornara-se proibitivo, sobretudo em Lisboa. Além do pão e dos cereais, o açúcar, as batatas e a carne foram os primeiros géneros alimentares a escassear na capital, sobretudo pela falta de transportes e pelas limitações do tecido produtivo português. Já em 1917 tinham eclodido greves em quase todas as áreas profissionais, e a da imprensa não foi exceção. «A falta dos jornais», um artigo publicado na *Ilustração Portuguesa*, evocava os dias que Lisboa vivia ansiosa por mais informação, num tempo em que grande parte da população tinha familiares a combater fora do país e por isso mais precisada estava de notícias.

Mas recuemos a 1916 e ao início do que nos traz aqui. Ainda março ia no princípio e já se pressentia que alguma coisa iria acontecer. «A requisição

³ Carta enviada num envelope fechado ao alferes da 4.^a Bateria do 3.^o G.B.A. António Dias Dourado — C.E.P. — França. O envelope foi aberto pela censura e devidamente fechado de novo com uma etiqueta autocolante que menciona «ABERTO PELA CENSURA».

⁴ Álvaro Sequeira, *Medicina Interna*, Vol. 8, n.º 1, 2001, página 52.

governamental dos barcos alemães, estacionados em águas portuguesas, a pedido britânico, no passado mês de Fevereiro, havia feito despoletar esta ansiedade e especulação. Os títulos alarmistas das primeiras páginas dos jornais, como o *Diário de Notícias* ou *O Século*, sobre eventuais decisões governamentais em relação à colaboração portuguesa com Inglaterra e França, tal como as notícias vagas e contraditórias sobre a mortandade belga e francesa nos campos de batalha, incendiaram os ânimos de cada um, despertando-lhes preocupação e temor perante a proximidade de uma guerra que até à data era vista como estranha e longínqua.»⁵

A guerra, que já durava desde 28 de julho de 1914 sem a participação portuguesa oficial — embora desde o início do conflito se combatesse em África —, estava a chegar (melhor, os portugueses estavam quase a chegar à guerra): não havia volta a dar a este texto que ninguém queria ler.

«A chegada dos primeiros contingentes a França», descreve o historiador Filipe Ribeiro de Meneses, «não foi auspiciosa.» «Era grande a confusão que esperava os soldados e os oficiais do CEP em Brest depois de uma viagem árdua, quatro dias de “temporal desfeito” passados sob a ameaça de um ataque submarino; era pior o frio que se fazia sentir.»⁶

António Pereira dos Santos assentou praça com 22 anos, a 14 de abril de 1917, no Batalhão de Infantaria n.º 19, em Chaves. A 28 do mesmo mês foi promovido a 1.º cabo e a 12 de agosto apanhou o primeiro e único castigo enquanto militar. A causa deveu-se ao facto de, enquanto cabo da Guarda, ter permitido que um praça deixasse passar um rancho para ser vendido no exterior do quartel. A 29 de agosto foi mobilizado para a Primeira Guerra Mundial. Contam o neto e o bisneto, no livro *A Saga de um Combatente na I Guerra Mundial — De Chaves a Copenhaga*⁷, que António «partiu a pé para Mirandela onde, juntamente com os seus companheiros de infortúnio, tomou o comboio do Tua para Bragança, integrando o Batalhão de Cavalaria n.º 30. A 10 de setembro chegou a Lisboa, tendo a 12 embarcado num vapor com destino a Brest, onde chegou a 15 de setembro. Seguiu por via-férrea até à Flandres francesa».

As unidades do CEP acantonadas encontravam-se dispersas pela região da Flandres. O terreno, pejado de obstáculos, dificultava a marcha e a

⁵ Isabel Pestana Marques, *Das Trincheiras com Saudade — A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, março de 2008 (1.ª edição), A Esfera dos Livros, página 17.

⁶ *A Capital*, 11 de fevereiro de 1917, citado por Filipe Ribeiro de Meneses, *De Lisboa a La Lys — O Corpo Expedicionário Português na Primeira Guerra Mundial*, 2018, Dom Quixote, página 37.

⁷ Gil Manuel Morgado dos Santos, Gil Filipe Calvão Santos, *A Saga de um Combatente na I Guerra Mundial — De Chaves a Copenhaga*, novembro de 2014, 2.ª edição, Âncora Editora, página 140.

manobra dos militares. O setor português, inserido na frente de batalha do 1.º Exército Britânico localizado entre Armantières e Gravelle, distribuía-se ao redor de Aire ao longo do rio Lys.

«Portugal desejava ser um aliado beligerante em pé de igualdade, mas faltava-lhe tudo. As fábricas nacionais não produziam armamento e munições suficientes e adequadas; as munições espanholas importadas eram deficientes e, por isso, não resolviam a lacuna portuguesa e a importação de artigos ingleses (maquinaria, armamento, munições, matéria-prima) era impossível dadas as necessidades urgentes da campanha inglesa», escreveu Isabel Pestana Graça.

«A falta de recursos humanos, também, se fazia sentir: a redução dos Cursos da Escola de Guerra e o aumento dos turnos da Escola Preparatória de Oficiais Milicianos não permitia formar muitos e bons oficiais, em tempo útil; as classes de 1908 a 1915 já estavam praticamente mobilizadas, não sendo o número de praças suficiente. Por fim, a insuficiência de cavalos e mulas era flagrante pondo em causa a eficácia dos transportes hipomóveis e a presença da Cavalaria: o insuficiente fornecimento espanhol de gado cavalariço e muar, de sela e de tiro, levou à audaciosa e fracassada importação de solípedes da Argentina.» Além disso, os Aliados — Inglaterra e França — «preferiam ver em Portugal um potencial aliado colaboracionista, apenas fornecedor de equipamento militar, em vez de parceiro no campo de batalha, um papel secundário que os Democráticos recusaram: juntamente com o material enviaram as tropas portuguesas»⁸.

A Primeira Guerra em África

Entre 1914 e 1918, o país mobilizou cerca de 30.000 homens para combater em Angola e em Moçambique. Grande parte dos militares que integraram estas expedições chegou a África já doente, incapaz de resistir às terríveis condições de higiene vividas durante a viagem. Além das dificuldades da jornada, a guerra no continente africano era completamente diferente da que se combatia na Europa. Para se ter uma ideia, «a África Oriental alemã, com quem Moçambique fazia fronteira a norte, era duas a três vezes superior à dimensão da Alemanha, sem estradas e apenas com duas linhas de caminho-de-ferro,

⁸ Isabel Pestana Marques, *Das Trincheiras com Saudade — A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, março de 2008 (1.ª edição), A Esfera dos Livros, página 19.

com épocas de chuvas torrenciais e secas prolongadas, onde a água tinha por vezes mais valor do que o ouro. As vastas áreas em que se desenrolaram as operações estavam infestadas de doenças terríveis e marcadas pelos ataques permanentes por todo o tipo de animais: girafas que destroem as linhas telegráficas, hipopótamos que atacam as embarcações nos rios e as pessoas junto à água, leões que comem os soldados durante a noite, rinocerontes que atacam durante as marchas, elefantes que destroem as linhas de caminho-de-ferro, crocodilos que impedem que se atravessem os rios e até enxames de abelhas que atacam sem piedade quem se aproxime das suas colmeias. Não podia ser mais diferente do que das frias e lamacentas, contínuas, trincheiras da frente ocidental europeia.»⁹

Escrever foi, desde logo, uma forma de manter viva a esperança de voltar. Além do registo do que acontece, aconteceu, se sonha ou se teme, escrever é uma terapia. Também é uma forma de encontro com quem está longe — sê-lo-á sempre por muitas tecnologias que surjam entretanto. Mas nesta altura, em que a Primeira Guerra Mundial pintava a Europa de sangue, foi mesmo o único meio que os soldados tinham para tentar contactar com as famílias, com aqueles que lhes queriam, e a quem queriam, bem.

Não é por acaso que Henrique Rodrigues, no seu *Bilhete-Postal na Primeira Guerra Mundial, Uma Fonte a Explorar*¹⁰, diz que «a Primeira Guerra Mundial proporcionou o acesso massivo às escritas privadas de gente que mal sabia ler e escrever. A separação prolongada e dolorosa da esposa, da mãe, do ambiente doméstico e da terra, fez da escrita uma prática de sobrevivência para os militares deslocados em tempos bélicos. O afastamento de casa e a distância a que se encontravam as famílias pôs em movimento as funções da correspondência, fazendo da carta o refúgio privilegiado do sentimento, da saudade e da autenticidade da mensagem para quem dela era digno. Estas correntes de tinta eram importantes para manter identidades sociais, unindo o militar e o núcleo doméstico, promovendo dinâmicas de escritas da ausência. Assim, o diálogo epistolar assumia um papel de relevo para quem foi mobilizado para o sítio da morte. A norma aponta para o envio de uma missiva diária por soldado, sem contar com os muito populares bilhetes-postais. Para sobreviver, na frente da guerra, escrevia-se compulsivamente.»

⁹ «Sobre Portugal e a Guerra na Frente Africana da Grande Guerra de 1914-1918.» Artigo de Nuno Lemos Pires, coronel de Infantaria/Operações Especiais, doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL.

¹⁰ Henrique Rodrigues, *Bilhete-Postal na Primeira Guerra Mundial, Uma Fonte a Explorar*, Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2015, página 143.

E mesmo antes de lá chegar, havia quem escrevesse a caminho:

Cabo da Boa Esperança, 21/5/1917

Meu irmão José muito estimo que estejas de saúde que a minha Graças a Deus vai sendo voua. José cá cheguei ao Cabo da Boa Esperança, terra engueleza tivemos voua viagem ate aqui. Daqui para Oriente também avemos de ter que ainda nos falta uns 15 dias para la chegar e logo que reças esta carta escrebe-me que eu te mando a direção e agora não te tinha mais espelicar estimo que estejas de saúde e manda-me dizer se recebeste um postal da Ilha da madeira, com isto adeus, recebe pois abraços deste teu irmão Frederico Monteiro, farás recomendações aos teus camaradas

José desculpa desta ir borrarada que esto é dos balanços do vapor que faz isto

Esta foi a primeira carta.

Frederico Monteiro combatia em Moçambique, José Monteiro estava no Porto. «Eram muito chegados os dois irmãos por isso se correspondiam muito durante a guerra. O José nunca chegou a ir», conta Maria, que cresceu na casa de José e da mulher Ana, seus tios, depois de a mãe ter morrido tinha ela quinze dias. «Eu chamava-o de papá, foi muito bom para mim», recorda. Sobre a relação entre os dois irmãos, Maria conta que a proximidade não se esvaneceu com o regresso de Frederico de Moçambique, onde combateu — talvez até se tenha estreitado. Tanto que todos os dias, assim que terminava o seu ofício de varredor da Câmara do Porto, rumava a casa do irmão José, onde sempre almoçava antes de regressar a Ermesinde, onde o esperavam mulher e filhos.

Álvaro Seixas é neto de Maria e por isso sobrinho-bisneto de Frederico por parte da mãe. Mas não se esgota neste parente a ligação dos antepassados de Álvaro à Primeira Guerra Mundial, visto que o avô paterno também foi combatente na Guerra de todas as Guerras — como ficou conhecido o conflito que começou em julho de 1914 e durou até novembro de 1918, envolvendo as grandes potências de todo o mundo, que se organizaram em duas alianças opostas: os Aliados e os Impérios Centrais (a Alemanha e a Áustria-Hungria).

Francisco, pai de Álvaro, é filho de um segundo casamento do combatente Augusto do Nascimento Seixas, com quem tinha «uma ligação afetiva muito forte. Quando eu nasci ele tinha 60 anos, era muito considerado porque era o regedor da aldeia [Meireles, Vila Flor, em Trás-os-Montes] e toda a gente tinha aquela admiração por ele. Ajudava toda a gente, fazia pequenos

juízos, dispensava autópsias, deixou algumas pessoas com lágrimas quando morreu», recorda Francisco.

«Ele foi militar oito anos e foi sargento de um dos Batalhões de Bragança em 1917. Recordo sobretudo uma história que o meu pai me contou e que me deixou sempre muito interessado, que foi uma estadia dele junto ao Rovuma, em que esteve oito dias a sepultar mortos ingleses de uma companhia que se terá suicidado coletivamente vendo que não conseguia resistir aos alemães.» Contava Augusto que tendo a companhia sido cercada logo de madrugada depois de uma noite de farra, o comandante tomou essa decisão, antes morrer por opção do que ser morto pelo inimigo.

«Era naquela fase em que o exército português já ajudava em muitas tarefas os ingleses e o meu pai com o seu pelotão foi para lá tirar os cadáveres do rio, acolhê-los e dar-lhes sepultura condigna», conta Francisco, que tem na sua posse dois objetos do comandante inglês dessa companhia — um livro de chapa onde esse oficial guardava a correspondência e um livro de lata com silvado militar, onde ele punha os lenços de cheiro — e desde sempre se intrigou por ver a história escrita de forma diferente daquela que lhe contava o pai nos livros que leu sobre o conflito.

«O que transparece do que leio é que essa companhia não contaria com a profundidade das águas e teria morrido afogada, mas dito por quem andou a sepultar os mortos foi uma atitude de grande coragem do comandante e não um afogamento — daí o meu pai ter tido grande dificuldade em retirar do lodo o cadáver do comandante porque naquele ímpeto de raiva ficou espetado na vertical. O meu pai contava também que o cerco dos alemães com que a companhia não contava, e que teria acontecido em segundos, foi na sequência de uma noite de farra dos ingleses, pois por todo o lado se viam violas e guitarras, despojos de uma festa que acabou da pior forma possível», partilha Francisco.

Com tanto para partilhar não é difícil, pois, de imaginar que milhões de cartas e bilhetes-postais circularam nesta época por todo o mundo, «mantendo laços de afecto e reforçando sociabilidades. Usava-se a pena em qualquer lado e em qualquer circunstância, no hospital, durante as vigias nocturnas, debaixo de uma manta, à luz de um farol de bicicleta ou de uma vela cravada na baioneta. A ponte de tinta, que urgia sustentar, não tinha regras caligráficas nem afastava desta cultura os analfabetos que se socorriam de outros camaradas, lendo e escrevendo em troca de favores.»¹¹

¹¹ Henrique Rodrigues, *Bilhete-Postal na Primeira Guerra Mundial, Uma Fonte a Explorar*, Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2015, página 144.

Isto foi possível graças às atividades promovidas pelo Serviço Postal de Campanha, que tinha sido criado a 14 de dezembro de 1912, na altura da reestruturação e reorganização do Exército da República, mas que até dada altura não tivera tido efetiva implementação. «Apesar de ser um serviço pacífico em relação às operações do Exército, cabia-lhe apoiá-lo sempre que operasse em território nacional, fosse na Metrópole ou nas Colónias. Para a actuação no Teatro de Operações Europeu e atendendo ao estado de guerra em que se encontrava o País, houve a necessidade de reorganizar o Serviço Postal Militar para fazer a ligação com Portugal, ficando integrado no Corpo Expedicionário Português. Uma das preocupações do Exército foi assegurar a imprescindível troca de correspondência entre o campo de batalha e Portugal, vital para o sucesso das operações militares, que muito dependiam da manutenção do moral das tropas que também era alicerçada na recepção e envio de notícias vindas de casa e enviadas para a família.»¹²

No dia 14 de março de 1917, o capitão Augusto Gonçalves Pereira de Barros despediu-se dos filhos, Mariazinha e Armandinho, assim como da esposa, Valentina de Barros Lima, a jovem viúva do presidente da Câmara de Esposende que Augusto desposara a 28 de outubro de 1912 em segundas núpcias. «A grande preocupação dele é que ela viesse a ficar viúva outra vez se ele perdesse a vida na guerra», relata o historiador Manuel Penteado Neiva, que investigou a história da família. «Isso e não ver crescer os filhos.» Para que o marido sentisse que estava perto da família, apesar de longe, Valentina escrevia-lhe amiúde, não perdendo a oportunidade de relatar as traquinices das crianças ou as maleitas de que padeciam.

Além de escrever para a mulher, o combatente de 33 anos optou por escrever regularmente postais dirigidos à filha e ao filho (um para cada um), o que fez com que, entre 24 de abril de 1917 e 16 de julho de 1918, Mariazinha, a menina, tenha recebido «340 bilhetes-postais ilustrados enviados pelo seu pai — não falando das cartas que este escreve, quase com o mesmo ritmo, para a esposa e de outros tantos postais que manda para o Armandinho»¹³. Aos dois filhos pedia que colecionassem todos os postais. E, conta o investigador, «falava da guerra com os miúdos de uma forma espantosa, brincando com o tema para não os preocupar».

¹² *O Correio Entre Fronteiras e Trincheiras — O Serviço Postal de Campanha do Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra*, catálogo da exposição, página 15.

¹³ Manuel Albino Penteado Neiva, *O Amor e o Humor em Tempo de Guerra. Uma História Contada em 339 Bilhetes-Postais Ilustrados Enviados do Front*. Artigo por publicar.